



Mecanismo Africano de
Revisão de Pares

APRM

MECANISMO AFRICANO
DE REVISÃO DE PARES



REPUBLICA

de

UGANDA



APRM Relatório de Avaliação Nacional No. 7

Janeiro 2009

EXTRACTO DA SÍNTESE DE DADOS

1. ANTECEDENTES

- i. O Uganda é um país relativamente jovem. A divulgação da sua implementação e estatuto como um protetorado Britânico foi publicado no Diário Londres em 1894. Formação do Uganda não foi o resultado de um processo gradual de integração nacional. Pelo contrário, tanto a sua existência como as suas fronteiras foram determinadas inteiramente pelas potências imperiais Francesas, Alemãs e Britânicas, que tinham controlo tanto territorial como estratégico do país, particularmente do Rio Nilo. Foi, em grande medida, construído em torno do Buganda, e outros territórios foram adicionados durante o processo de acessão e de conquistas militares. Embora a independência tenha, em grande parte, sido conseguida por meio de negociações pacíficas, desprovidas de insurreição e violência, a política Ugandesa foi fragmentada com as barreiras tribais e religiosas. A mais pronunciada dessas divisões foi entre o Reino de Buganda, o qual tinha um parlamento separado (o Lukiko), com a sua própria justiça e poder de tributação, e o novo governo nacional no momento da independência. Os seus interesses eram tão diversos e separados que efectivamente existiam dois estados dentro de um país.
- ii. O Uganda, o país que tanto cativou Winston Churchill como a "Pérola de África", sofreu grandes traumas durante suas primeiras duas décadas de independência. Antes de 1986, o país embarcou numa montanha-russa de coalizões instáveis e incertas, a persistência da má governação e uma verdadeira estagnação socioeconómica. Em 1962, quatro anos após a independência, o Uganda experimentou uma série de catástrofes políticas que a tornaram numa das nações mais pobres do mundo e no sinónimo de má governança. Para agravar o problema, após a ditadura de Idi Amin (1971-9), o Uganda passou por um novo período de regência trágica, instabilidade política e decadência económica, que durou até 1986.
- iii. Na verdade, é preciso caracterizar a história política Ugandesa como alguém cujo fluxo e textura foram estabelecidos pelo conflito. Isto resultou na destruição da infraestrutura económica, física e institucional e, em grande medida, explica a Uganda de hoje. A pérola deixou de brilhar e o país entrou numa Era escura de declínio político, económico e moral.
- iv. Desde o final dos anos 1980, que o Uganda se conseguiu reinventar, saindo do abismo da guerra civil e da catástrofe económica dos anos de Idi Amin e o retorno ao poder de Milton Obote. Embora o país tenha sido assolado por confrontos intermitentes entre grupos armados rivais, deu um salto gigantesco na governação e desenvolvimento socioeconómico. Ao longo das duas últimas décadas, o governo, Movimento de Resistência Nacional (NRM), sob a liderança do actual presidente de Uganda, Yoweri Museveni Kaguta, fez progressos consideráveis a restaurar a estabilidade política e a ordem do país. Os direitos humanos melhoraram muito e o país lançou uma bem-sucedida campanha para lutar contra a pandemia de HIV / AIDS. Sua economia é uma das que mais depressa têm crescido no continente. O quase inabalável compromisso do governo de Governação centrado na população, a estabilidade macroeconómica sustentada, o crescimento económico e a redução da pobreza é inspirador.
- v. No entanto, estes avanços significativos nas frentes políticas e económicas são pouco motivo para complacência. Uma vez aclamado como uma convincente "história de sucesso" de África, deve-se reconhecer que o Uganda contemporâneo enfrenta uma série de desafios e corre o risco de não progredir rapidamente. Existem verdadeiros riscos políticos e estruturais que ameaçam minar esse progresso. Isto não se baseia em qualquer melhoria fundamental na estrutura básica da economia. Isto significa que, desde os tempos coloniais, pouco mudou na relativa importância dos sectores agrícolas, industriais e outros sectores na economia de Uganda.

- vi. Apesar de seu desempenho recorde, o Uganda, com uma população de cerca de 30 milhões, continua a ser um dos países mais pobres do mundo. A maioria de sua população pratica predominantemente uma agricultura de subsistência e do sector informal. A redução substancial da pobreza continua a ser um grande desafio. Após a descida de aproximadamente 56 por cento da população para 34 por cento entre 1992 e 2000, a proporção da população que vive em situação de pobreza aumentou para 38 por cento até 2003, antes de diminuir para 31 por cento em 2005. Está também provado que, apesar da aparente redução na pobreza, uma parte significativa (20 por cento) dos ugandeses ainda vivem em situação de pobreza crónica e, em muitos aspectos, a pobreza está a agravar-se à medida em que a desigualdade se expande.
- vii. O impressionante desenvolvimento económico e a redução da pobreza até à data têm, em grande medida sido baseados em eventos separados. Por exemplo, circunstâncias favoráveis e reformas renderam grande bônus únicos em termos de crescimento e de redução da pobreza. Os únicos eventos mais significativos foram o dividendo de paz depois de 1986, a liberalização económica, a estabilização macroeconómica no início de 1990, e o aumento significativo da ajuda externa. Enquanto permanecerem condições essenciais, esses eventos não pode ser esperado a impulsionar um futuro crescimento. Para tal, o Uganda necessita industrializar-se, a fim de se transformar numa economia de renda média próspera até 2030, tal como previsto no relatório Visão 2030 do país. Visto tirar proveito de amplos mercados através da integração regional, é crucial que o país melhore o desempenho da verdadeira economia e que transforme o sector privado, de um actor económico, num motor de crescimento.
- viii. Iguamente perturbador, são os riscos decorrentes dos recentes desenvolvimentos políticos no país, porque representam uma enorme ameaça para o contínuo crescimento económico de Uganda. Depois de um longo período de liberalização política, que resultou no fortalecimento do Parlamento, do sistema Judiciário, das agências de vigilância, tais como o Inspectorado Geral do Governo (IGG) e de uma mídia livre, o Uganda está em perigo de resvalar uma vez mais para um período de governo neopatrimonial. A aparente militarização da sociedade não ajudou a causa democrática, e os benefícios democráticos do processo de descentralização estão em grave perigo de erosão. Adicione a isso, a recente proliferação de distritos no país. Em última análise, a reforma do Estado Ugandês reside no pleno direito da democratização da sociedade política. A sociedade civil e os partidos políticos devem desempenhar o papel principal neste processo. Uganda é - e deve ser - superior a qualquer único indivíduo; que é a premissa de um Estado moderno. Tendo resgatado o Uganda dos estrangulamentos de Amin e de Obote, a actual liderança deve estar preocupada com o seu próprio legado.
- ix. Para o Uganda, o desafio agora é aprofundar as reformas já em curso e a impedir a sua inversão. Não há dúvida de que, com determinação, um esforço de reforma concertada e de vontade política, o Uganda pode saltar para o futuro como um país de renda média próspera até 2030. Além disso, deve ser capaz de sustentar o crescimento em níveis que podem tirar da pobreza a maioria da sua população. O Uganda tem de construir com base nos sucessos destacados neste relatório, sem negligenciar os desafios, a fim de reclamar seu legítimo lugar como a "Pérola de África".

2. RESUMO DAS CONCLUSÕES NAS ÁREAS TEMÁTICAS

2.1 Governação Democrática e Política

- x. O Uganda tem uma história política tumultuosa. Desde a obtenção da sua independência em 1962, o país passou por um círculo completo, de uma democracia parlamentar com os anos de ditadura e de regime militar, para voltar a uma democracia parlamentar. A pequena explosão de entusiasmo logo após a década de independência foi substituída por um longo período, quase de incessante de desespero. Embora tenha havido uma relativa estabilidade na década de 1960, a revogação da Constituição em 1966 marcou uma

viragem na governação antidemocrática e na instabilidade política do país. A partir de então golpes militares, guerras civis, regimes repressivos, fluxos de refugiados e estagnação económica, rapidamente definiram o estado. O impacto da instabilidade política generalizada deixou cicatrizes que ainda são visíveis no tecido social e na psique política do país.

- xi. Houve um inegável progresso desde que a NRM subiu ao poder em Janeiro de 1986 sob a liderança de Yoweri Museveni. Esta mudança de regime, que foi aclamada em todo o mundo, trouxe a paz e a segurança à maior parte do Uganda, excepto em algumas áreas no norte do país, através da reconstituição de um Estado frágil e deficiente. Rejuvenesceu uma economia que tinha sido atrofiada e, em grande medida, foram salvaguardados os verdadeiros princípios das liberdades humanas, promovendo a liberdade de imprensa e pondo fim às violações dos direitos humanos dos governos anteriores.
- xii. No entanto, apesar destes monumentais progressos, a tarefa de estabelecer instituições democráticas através das quais os ugandeses de todas as regiões, étnicas e orientações políticas têm uma participação significativa no sistema político e resolvem as suas diferenças sob regras democráticas, ainda não foi inteiramente alcançado no país. O Uganda ainda enfrenta enormes desafios na gestão da diversidade no interior do país, precisamente como resultado de duas décadas de guerra que polarizaram o país ao longo de cisões tribais, étnicas e de regionalismo.
- xiii. O Uganda tem sido progressivo no compromisso a promover e a respeitar os instrumentos de direitos humanos reconhecidos por Africanos e Internacionalmente. Até a data, ratificou vários grandes instrumentos internacionais e regionais nesta área temática. O país, no entanto, não assinou ou ratificou alguns dos instrumentos importantes, como o Segundo Protocolo Facultativo do Pacto Internacional relativo aos Direitos Cívicos e Políticos, que visa a abolição da pena de morte; o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outras Penas e Tratamento Cruéis, Desumanos ou Degradantes; a Convenção da União Africana para a Eliminação de Mercenários em África; e do Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativa aos Direitos das Mulheres em África, também conhecido como Protocolo de Maputo. O maior desafio, foi adaptar os tratados assinados e o cumprimento das obrigações dos diferentes relatórios dos tratados. Muitos dos relatórios estão ainda em atraso. Não parece ser um quadro claro e coerente para a adesão a padrões e códigos, e no acompanhamento da sua implementação.
- xiv. O Uganda tem atravessado instabilidade política, com golpes militares em 1971, 1979 e 1985, a guerra com a vizinha Tanzânia (1978-9) e da guerra civil (1981-6). A longa história de conflitos, que abrange o período pré-colonial, a Era colonial e a maior parte da época pós-independência até à data, resultou na destruição socioeconómica, na perda de vidas e atrasos no desenvolvimento humano sustentável. A guerra no norte do país, que já dura há 21 anos, o que causou desequilíbrios estruturais, incluindo a desigualdade e a pobreza. Estes desequilíbrios estão mais concentrados nas regiões propensas a conflitos que continuam as partes mais subdesenvolvidas do país, especialmente no Norte do Uganda e a região de Karamoja.
- xv. O governo tem feito notáveis progressos na criação de um grande número de instituições e políticas para a construção de bases sólidas em que se possa afirmar uma governação democrática. Estas incluem a adopção da Constituição em 1995 que fornece uma Declaração de Direitos; o estabelecimento de instituições que protegem a democracia e promovem os direitos humanos; liberalização dos meios de comunicação; gestão de conflitos intraestaduais e intraestatais; descentralização do poder para a prestação eficaz de serviços públicos; combate à corrupção; e reintrodução de um sistema político multipartidário em 2005, estabelecendo assim o cenário para as primeiras eleições multipartidárias de 2006.
- xvi. Apesar dos progressos que o NRM tem feito no estabelecimento da paz e da estabilidade, o país ainda enfrenta os desafios da institucionalização e da consolidação da governação democrática. Embora os

princípios do constitucionalismo tenham sido claramente estabelecidos na Constituição de 1995, que fornece uma base constitucional firme nos princípios da separação de poderes, o desafio é como sustentar o progresso e evitar um processo de reversão que poderia minar a supremacia da Constituição e do Estado de Direito.

- xvii. Foram criadas no Uganda uma série de instituições para promover a democracia e garantir que as bases da governação democrática estejam firmemente enraizadas. Essas instituições incluem o UHRC, IGG, Auditor Geral e a Comissão Eleitoral. É evidente que muitas dessas instituições estão a debater-se para se adaptarem ao novo sistema multipartidário introduzido no referendo desde 2005 e implementado desde as eleições de 2006. O principal desafio com que se deparam estas instituições, são os inadequados recursos que lhes permitam um funcionamento eficaz.
- xviii. A cultura política de um movimento não partidário persiste, mesmo sob uma dispensa multipartidária, e esta tendência tende a enfraquecer um Parlamento multipartidário. Embora a transição de um sistema não partidário a um sistema multipartidário represente um desafio gigantesco para quase todas as instituições democráticas, incluindo os próprios cidadãos, uma das instituições que é directamente afectada por esta mudança política, é a legisladora. Evidentemente, a composição do Parlamento demonstra a sua natureza vastamente representada, embora a controvérsia ainda rodeie a representação directa do exército na Câmara. Além da ampla representação de vários grupos sociais no Parlamento, há uma forte colaboração entre o Parlamento e os CSO, um desenvolvimento positivo que tem o potencial de reforçar o seu papel independente e a sua supervisão.
- xix. A Constituição é muito explícita acerca da independência do poder judicial. Em realidade, existe uma independência administrativa e uma relativa autonomia judicial, é a norma. Durante uma sessão interactiva com membros do poder judiciário, a CRM foi informada de que o Supremo Tribunal e o Tribunal Constitucional não têm instalações próprias devido a limitações de recursos. O Supremo Tribunal aluga as instalações do reino de Buganda e paga uma renda mensal. De maneira semelhante, o Tribunal Constitucional aluga instalações de uma entidade comercial. Ambos os tribunais enfrentam problemas de capacidade, incluindo a falta de juizes adequadamente qualificados ou capazes.
- xx. O Uganda também estabeleceu um elaborado programa de descentralização que fornece espaço para que os cidadãos participem efectivamente nos processos de tomada de decisão. O principal desafio tem sido o de sustentar os governos locais que dependem profundamente no orçamento do governo central, evitando assim a degeneração em recentralização.
- xxi. Adicionalmente, o governo tem tomado medidas para garantir a criação de um serviço público responsável, eficiente e eficaz através da criação de um quadro para uma ampla variedade de reformas estratégicas legislativas e administrativas. No entanto, permanece o desafio de criar um "serviço público profissional e eficiente", tanto a nível do governo central como local, atendendo os limitados recursos. Embora o combate à corrupção seja uma prioridade, que continua a ser um problema generalizado no serviço público.
- xxii. Medidas de ação afirmativa foram introduzidas para corrigir os desequilíbrios históricos que excluíram vários grupos sociais dos principais processos políticos e económicos. Estes incluem corrigir a marginalização de grupos vulneráveis, incluindo minorias étnicas, pessoas com deficiência, pessoas internamente deslocadas, idosos e crianças vulneráveis. Os principais desafios que o país enfrenta neste sentido incluem, as necessárias mobilizações de recursos suficientes para implementar políticas e combater a exclusão social e a marginalização. Adicionalmente, existe a necessidade de vontade política da liderança e a transformação das atitudes das pessoas, normas e práticas que reforçam a discriminação e a marginalização institucionalizada.

- xxiii. O Uganda tem feito relativamente bem na participação de mulheres envolvidas no processo político. Por exemplo, em 1993 as mulheres constituíam 18 por cento do Parlamento, um número que, desde então, aumentou para 25 por cento. As mulheres também ocupam cargos principais, tais como ministros (5 de 24) e vice-ministros (11 de 44), o Chefe do UHRC, os Serviços de Rendimento Interno, o IGG, o Presidente Adjunto do Parlamento e os Chefe de Gabinete Adjunto do Poder Judiciário, o serviço civil e Comissão Eleitoral. Permanecem no entanto muitos obstáculos. As mulheres constituem menos de 30 por cento dos ministros, secretários permanentes, subsecretários, chefes de departamento e gerentes de programas de desenvolvimento. Sob a seção 32 (2) da Constituição de 1995, o Parlamento compromete-se a fazer leis para o estabelecimento de uma Comissão da Igualdade de Oportunidades como um veículo fundamental para a implementação de ações afirmativas para a autonomização as mulheres. No entanto, 18 anos depois, essa Comissão está ainda a ser estabelecida. A Carta de Relações Domésticas, que tentou abordar alguns destes desafios, está suspensa no Parlamento.
- xxiv. O governo criou um quadro e elaborou estruturas jurídicas e institucionais para a promoção dos direitos sociais, económicos, políticos, civis e culturais. Além disso, foram criados mecanismos para garantir o acesso à justiça, incluindo tribunais formais e para-locais do conselho. O principal desafio é o de institucionalizar uma cultura de direitos humanos nos sectores estatais e não-estatais. Os direitos das mulheres continuam a ser violados em ambas as esferas, pública e privada.
- xxv. Em geral, o domínio da Governação em Uganda está progressivamente a afastar-se da tradição do autoritarismo e do militarismo que marcou o seu cenário entre o meio dos 1960 e meados dos anos 1980. Por conseguinte, a vontade de democratizar foi tão esmagadora que uma série de políticas, procedimentos, directrizes e instituições têm sido postas em prática no relativo aos processos de desenvolvimento e governação. Um dos principais desafios é como harmonizar as políticas progressistas e como garantir uma boa coordenação entre as diferentes instituições. Este é o núcleo do problema. O Uganda tem tantas políticas progressistas e tantos quadros institucionais, e contudo os recursos e mecanismos eficazes para os implementar estão severamente em carência.
- xxvi. O Painel do APP recomenda, entre outras coisas, que o Uganda deve promover uma cultura de respeito para com a Constituição, o constitucionalismo e o Estado de direito, garantindo assim um efectivo equilíbrio do poder entre o Executivo, Judiciário e Legislativo. As autoridades devem também reduzir a sua esmagadora dependência dos contribuintes do poder judicial, pois isso trará implicações para a independência judicial.

2.2 Governação Económica e Gestão

- xxvii. Juntamente com a sua transição política, o Uganda também fez um círculo completo na esfera económica. Na altura da independência, o país teve mais sorte do que a maioria de seus vizinhos, na medida em que tinha um promissor potencial económico e parecia pronto para um crescimento económico e desenvolvimento rápido. No entanto, as expectativas económicas do período pós-independência foram logo destruídas pelos governos dos primeiros dirigentes. A instabilidade política crónica e a gestão económica errática produziram um recorde persistente de declínio económico que deixou Uganda entre os países mais pobres e menos desenvolvidos do mundo.
- xxviii. O governo de NRM, que chegou ao poder em 1986, herdou uma economia em estado precário - a inflação estava em 240 por cento e os níveis de pobreza em 56 por cento; o sector de controlo dos preços de productos e o controlo cambial estavam em vigor; a infraestrutura rodoviária era pobre; e apenas 10 por cento da população tinha acesso a água limpa.

- xxix. Desde que assumiu o poder, o governo tomou importantes medidas para a reabilitação económica. A Infraestrutura do país - nomeadamente os seus sistemas de transporte e de comunicações que foram destruídos pela guerra e pela negligência - estão a ser reconstruídos. Reconhecendo o seu papel na necessidade de um aumento de ajuda externa, o Uganda negociou um documento de quadro político com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial em 1987. Posteriormente, começou a implementar políticas económicas destinadas a restabelecer a estabilidade de preços e a balança de pagamentos sustentável; melhorar a utilização das capacidades; reabilitar as infraestruturas; restaurar os incentivos aos produtores, através de adequadas políticas de preços; e melhorar os seus recursos de mobilização e de atribuição no setor público.
- xxx. As políticas económicas do governo conseguiram em grande parte reverter o desequilíbrio macroeconómico que a economia sofreu entre o início dos anos 1970 e início dos anos 1980. O desempenho macroeconómico de Uganda nos últimos 20 anos tem sido excepcional. O país registou uma taxa de 6,3 por cento de crescimento no seu produto interno bruto (PIB) entre 1990 e 2007, o que contribuiu para a redução do risco de pobreza de 56 por cento em 1992 para 31 por cento em 2005. Políticas macroeconómicas sólidas também contiveram a dívida e trouxeram a estabilidade de preços, que são factores principais para o crescimento e um recorde de redução da pobreza em Uganda. A inflação, que andou pelo 240 por cento em 1987 e 42 por cento em Junho de 1992, foi de apenas 5,1 por cento em 2003, mas subiu para 7,7 por cento em 2007, devido a aumento de preços alimentícios, o que está muito acima do consumo médio anual determinado pelo governo de 5 por cento. Os doadores têm consistentemente financiado uma parte significativa dos gastos públicos.
- xxxi. No entanto, mais recentemente, o crescimento *per capita* foi reduzindo gradualmente e a redução da pobreza estagnou. Além de um crescimento económico mais lento, as tendências da pobreza foram prejudicadas por enfrentar um declínio em termos de troca de productos (no final de 1990) e ampliando as desigualdades de rendimentos. A queda no crescimento *per capita* é explicada por uma diminuição de contribuição dos efeitos de recuperação do positivo após conflito, do relativamente baixo crescimento da produtividade e do crescimento muito elevado de população. Crescimento anual da população de Uganda - agora mais de 3 por cento - é uma das mais elevadas do mundo. O Uganda também tem algumas características específicas do país que o têm afectado, e previstas a afectar o desenvolvimento económico. É um país sem litoral, o que significa que a geografia impõe uma "tarifa" em ambas as exportações e as importações através de elevados custos de transporte. Isto para o Uganda, tem implicações de competitividade internacional.
- xxxii. Há uma observância geral da maioria dos padrões e códigos porque a maioria das práticas especificadas foram integradas através da Lei das instituições financeiras, a Lei de Orçamento e das Finanças Públicas e Lei de Responsabilidade. Além disso, a maior parte dos compromissos assumidos no Documento do Quadro da NEPAD de 2001 foram integrados com sucesso através do Plano de Acção de Erradicação da Pobreza (PEAP).
- xxxiii. Embora o país esteja em plena conformidade com os princípios do Comité de Basileia, as actuais avaliações bancárias do Banco do Uganda (BoU) mostram que sete dos 14 bancos são classificados como "satisfatório", enquanto os outros sete são classificados como "justo". Além disso, o Banco indicou que se espera estabelecer uma Agência de Referência de Crédito em meados de 2008. Além disso, a maioria das instituições de microfinanciamento ainda são classificadas no domínio do sector informal e apenas quatro das principais estão actualmente a ser regulamentadas.
- xxxiv. Não houve confirmação oficial do estado sobre as Orientações de Gestão da Dívida Pública. Contudo, o país desenvolveu uma estratégia de dívida datada de Dezembro de 2007. A Anticorrupção e a Lavagem de Dinheiro não foram promulgadas pelo Parlamento e não existe qualquer evidência disponível sobre a eficácia das medidas tomadas para lidar com a questão do branqueamento de capitais.

- xxxv. Por causa da sua preocupação com a erradicação da pobreza, o governo adoptou o PEAP como o seu quadro de planeamento e principal instrumento para acelerar o crescimento, reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável. O primeiro PAEP foi introduzido em 1997, e o actual PEAP, abrangendo o período de 2004/5 e 2007/8, é o terceiro. Na sequência das eleições multipartidárias de Fevereiro de 2006, o governo de NRM apresentou uma proposta de compromisso para implementar um programa chamado "prosperidade para todos" (Bona Bagaggawale). Este programa foi formulado para redefinir as prioridades do PEAP, com vista a transformar o Uganda num país de economia média em linha com as metas do PEAP.
- xxxvi. Em apoio do PEAP, o IMF, em colaboração com outras organizações multilaterais, projectou um programa de três anos de Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF). Isto terminou em Dezembro de 2005, após ter sido concluído com êxito. Desde Janeiro de 2006, o IMF e o governo deram início a um novo plurianual Instrumento de Apoio de Política (PSI), que continua com a implementação de políticas para alcançar novas melhorias no crescimento económico e na redução da pobreza.
- xxxvii. Num contexto de estabilidade macroeconómica e de um ambiente de investimento bastante favorável, o país tem experimentado aumentos significativos nos fluxos de investimento, tanto estrangeiros como nacionais. Como o percentual do PIB, o investimento privado aumentou de 12,2 por cento em 2000/1 para 19,2 por cento em 2006/7. Durante o mesmo período o investimento público em média 5,1 por cento.
- xxxviii. Duas características que definem a gestão fiscal do Uganda têm sido os défices orçamentais e a dependência de investidores. O aumento das despesas do governo, que não é compatível com o aumento das receitas internas, resultou em enormes défices fiscais (excluindo subsídios) atingindo um máximo de 12,4 por cento do PIB em 2001/2, mas descendo para 7,3 por cento em 2006/7. Os défices foram principalmente financiados por entradas líquidas de fundos externos na forma de subvenções e empréstimos altamente favoráveis. Embora o aumento dos défices fiscal financiado por investidores permitiu ao governo aumentar seus gastos mais rapidamente do que só o crescimento da receita doméstica permitiria, levou a desafios significativos na gestão da política monetária. Os esforços de esterilização pelo BoU devido a recorrentes défices orçamentais tendem a elevar as taxas de juros e a aumentar o custo dos empréstimos do sector privado.
- xxxix. Embora o governo tenha começado a implementar uma estratégia para diminuir os défices fiscais, permanece o desafio de reduzir a dependência dos doadores, o que aumentou a vulnerabilidade do orçamento nacional para uma redução brusca na ajuda dos doadores. Isto implicará a ampliação da base tributária, capturando o sector informal na rede tributária e a eficaz implementação da Nova Política Nacional da Indústria para alcançar o desenvolvimento industrial.
- xl. Existem restrições sobre a estratégia de crescimento económico conduzido pelo sector privado, tal como o crédito limitado e o crédito incomportável. Os principais factores negativos para fazer negócios em Uganda são, por ordem de importância e conforme relatado pelo Relatório de Competitividade Global (2005/6) do Fórum Económico Mundial, o acesso ao financiamento, a corrupção, a infraestrutura subdesenvolvida, altas taxas de impostos e uma má ética profissional. Além disso, o Diagnostico da Análise de Integridade e do Memorando Económico do País do Banco Mundial em 2006, identificou a falta de energia eléctrica a ser o mais grave impedimento ao desenvolvimento industrial, seguido de infraestrutura e finanças. Somente os efeitos da crise de energia eléctrica viram declínios significativos no crescimento do sector industrial, de 10,8 por cento em 2004/5 para um decepcionante 4,5 por cento em 2005/6, enquanto o sector manufatureiro foi a mais atingida, com um crescimento de 13,5 diminuindo para -3,5 por cento durante o mesmo período.

- xli. Nos últimos cinco anos, a participação no processo de elaboração do orçamento pelas principais partes interessadas, tais como os ministérios do governo, o governo local, o parlamento, doadores, sector privado e participantes da sociedade civil, têm aumentado. Isto tem ajudado o governo a salientar questões de interesse para os cidadãos e também a reforçar a transparência do exercício. Contudo, permanece o desafio de melhorar o acompanhamento da execução orçamental e da previsibilidade através do fluxo regular de fundos, incluindo os subsídios dos doadores.
- xlii. Um progresso significativo parece ter sido feito para reforçar e actualizar o quadro legal e regulamentar para a gestão das finanças públicas. Autoridades e programas encarregados de garantir a boa gestão das finanças públicas também estão em vigor. No entanto, os níveis de desempenho parecem ser afectados por problemas de capacidade, especialmente a nível local.
- xliii. Práticas corruptas e fraudulentas são predominantes numa ampla variedade de sectores e áreas em Uganda, e o custo da corrupção para a economia continua a ser um motivo de grave preocupação para todas as partes interessadas. O governo tem feito progressos notáveis em instaurar quadros institucionais e jurídicos para lutar contra a corrupção e a lavagem de dinheiro e sensibilização do público. No entanto, existem significativas restrições de capacidade sobre a aptidão das agências de combate à corrupção para realizar suas funções, tanto no ensino público como na investigação, detecção e repressão de criminosos. O desafio mais difícil que o governo enfrenta é a falta de interesse público e o apoio a este respeito.
- xliv. O Uganda tem estado na vanguarda da promoção da integração regional, especificamente através da construção de uma forte Comunidade da África Oriental (EAC), Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). O estabelecimento da União Aduaneira da África Oriental é visto como um marco importante para a plena integração das economias da África Oriental. O sucesso da integração reside no mercado considerável de 90 milhões de pessoas, com um PIB total de US \$ 30 bilhões.
- xlv. Sem dúvida, avanços significativos foram feitos pelo Uganda nas últimas duas décadas no âmbito da estabilização macroeconómica e do crescimento, mas os desafios permanecem notáveis. O APR recomenda que o Uganda deve prosseguir com os seus esforços nas seguintes áreas: aumentar a mobilização das receitas internas, reduzir défices fiscais; melhorar a infraestrutura (transporte rodoviário, ferroviário e energia eléctrica) para criar um ambiente propício para investimentos; aumentar as capacidades de gestão das finanças públicas, especialmente em governos locais; fortalecer funções de fiscalização do Parlamento sobre a utilização das finanças públicas; combater a corrupção, através do reforço do enquadramento jurídico e institucional existente; e acelerar a integração regional.

2.3 Governação Corporativa

- xlvi. A consciência de governação corporativa em Uganda ainda está na sua infância, e isso é compreensível, dado que continua a ser um conceito relativamente novo, com a maioria dos padrões e códigos internacionais relacionados com este tema que só foi começado a ser adoptado no final de 1990 e início de 2000.
- xlvii. Em relação às normas e códigos, o Uganda ratificou a Carta Africana de 1987 sobre os Direitos Humanos e dos Povos, os princípios em que estão contemplados na Constituição nacional. A maioria dos códigos da Organização Internacional do Trabalho já foi adoptada em 1963. Além de tratados e convenções internacionais relacionados aos direitos humanos, a supervisão do sector financeiro, trabalho e meio ambiente, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e os princípios da Governação corporativa da Commonwealth (Comunidade das Nações), bem como o Relatório II do Rei,

em grande parte a informar Uganda acerca do quadro jurídico e regulamentar. O país também adotou as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e os Padrões Internacionais de Análise Financeira (IFRS), bem como as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). No setor financeiro, os principais conjuntos de padrões aplicáveis são de 25 Princípios Fundamentais do Comité de Basileia para a Supervisão Bancária Efectiva, os Princípios Fundamentais para a Regulação de Valores Mobiliários, e os Princípios Fundamentais para a Segurança e Fiscalização de Seguros e regulamentos. Finalmente, foram adoptados os códigos de Segurança Industrial, Ambiental e Higiene da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1994.

- xlvi. A adopção de tais normas e códigos teve um impacto positivo sobre as empresas Ugandesas, e o crescimento sustentado do país ao longo dos últimos anos também é atribuível a um emergente sector privado. De acordo com o Registo Comercial de 2006/7 emitido pelo Gabinete de Estatísticas de Uganda (UBOS), o número total de empresas registradas que empregam mais de cinco pessoas foi de 25 467, estando principalmente localizados na área de Kampala.
- xlix. As Organizações do sector privado em Uganda têm sido muito activas na promoção de práticas empresariais melhoradas entre os seus membros. Instituições como a Fundação do Sector Privado de Uganda (PSFU), a Câmara Nacional de Comércio e Indústria de Uganda (UNCCI) e a Associação de Fabricantes de Uganda (UMA) têm estado a ajudar os seus membros na área de governação. O diálogo entre os sectores público e privado foi melhorado com a criação da Mesa Redonda de Investidores Presidenciais (PIRT), que estão a promover activamente as reformas destinadas a melhorar o clima de investimento no país.
 - i. O governo estabeleceu uma ampla variedade de organismos de supervisão e regulamentação para supervisionar a aplicação das leis e regulamentos adoptados. No entanto, para além do BoU e das Autoridades de Mercados de Valores (CMA), a escassez crítica de recursos humanos, técnicos e financeiros nessas instituições e a fraca capacidade de execução, têm dificultado a eficácia desses organismos.
 - ii. O desenvolvimento de mercados de capital de Uganda é encorajador e o recente lançamento de Segurança Da Bolsa de Valores de Uganda criou uma via para uma maior participação popular no processo de privatização. O CMA em Uganda está a cooperar activamente com os seus homólogos do Quênia e da Tanzânia para trazer o Mercado de Capitais Regional da EAC (Comunidade da Africa Oriental), e em breve estará a aderir aos princípios da Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO). Também foi feito um notável progresso na regulação do sector bancário, que foi recentemente reforçado com a promulgação da Lei de Instituições Financeiras e da Lei das Instituições de Angariação de Microfinanciamento de Depósitos. Contudo, a maiorias das instituições de microfinanciamento, ainda não estão regulamentadas. A regulamentação do sector dos seguros deve ser reforçada através da incorporação de disposições do IFRS, enquanto a profissão de contabilidade ainda está a aguardar a promulgação da Lei de Auditoria para reforçar a aplicação das normas de contabilidade e auditoria pelo Instituto de Contadores Públicos Certificados de Uganda (ICPAU). Além disso, as actuais leis comerciais não incorporaram plenamente as exigências contidas na maioria dos padrões e códigos. Isto foi identificado como um dos principais problemas, uma vez que continua em não conformidade com as normas internacionais poderia ter implicações negativas sobre o investimento e o comércio internacional. Da mesma forma, a interferência política na administração da justiça, agravada pela corrupção generalizada, tem gradualmente minado o clima de investimento de Uganda.
 - iii. Para criar um ambiente de negócios favorável e promover o investimento liderado pelo sector privado, a Lei da Comissão de Reforma do Uganda (ULRC) está a rever mais de 64 leis comerciais. No entanto, nos últimos 4 anos o processo foi atrasando-se, tanto a nível de gabinete

como a nível de Parlamento. Após consultas com o sector privado, o PIRT deu prioridade a 27 leis a serem aprovadas pelo Parlamento. O progresso está a ser monitorado pelo Secretariado de Estratégia Competitiva e de Clima de Investimento (CICS).

- liii. Outros impedimentos para actividades comerciais no país incluem as dificuldades de acesso ao financiamento, o alto custo do crédito, a infraestrutura inadequada (energia, transportes, água, saneamento e telecomunicações), as altas taxas de impostos aplicadas numa base restrita e uma ineficiente burocracia governamental.
- liv. Apesar dos recentes desenvolvimentos positivos na arena de governação corporativa, o Uganda ainda enfrenta uma série de desafios. A economia de Uganda é impulsionada, em grande medida, por um sector privado, de empresas micro, pequenas e médias (MSME), a maioria das quais são de propriedade familiar e não se aplicam os princípios de governação corporativa. O sector informal vibrante não é capturado nas estatísticas nacionais ou não são incluídos na elaboração de estatísticas políticas do governo. O Programa de Prosperidade financiado pelo Governo para Todos (PFA) tem sido utilizado principalmente para o consumo interno, em vez de para o desenvolvimento de actividades produtivas a nível local, especialmente no setor agrícola. No geral, o governo precisa promover o investimento nacional e prever incentivos adequados para desenvolver a poupança interna.
- lv. A aplicação das prescrições legais em sectores trabalhistas e ambientais não se mostrou suficientemente eficaz. As violações da Lei por empresas Ugandesas são raramente punidas e o investimento estrangeiro tem muitas vezes sido promovido às custas dos direitos dos trabalhadores e da protecção ambiental
- lvi. O Uganda é caracterizado por uma elevada taxa de crescimento populacional, no entanto, a questão do emprego para jovens ainda não é abordada adequadamente. A actual estrutura educacional não atende às expectativas dos patronatos, porque as empresas Ugandesas têm como uma necessidade crucial de trabalhadores tecnicamente qualificados e treinados industrialmente, em vez de graduados universitários.
- lvii. Embora o quadro jurídico forneça adequadamente para a protecção de várias empresas de partes interessadas, a literacia financeira deve ser melhorada no círculo do público em geral. Há uma clara falta de consciência pública sobre as obrigações das empresas no que respeita aos princípios de governação corporativa, e muito poucos ugandeses conhecem seus direitos.
- lviii. O Painel do AAP recomenda que o governo tome as medidas necessárias para uma abordagem acelerada da promulgação da revisão das leis comerciais, para assim incorporar integralmente as normas e códigos internacionais adoptados pelo país no seu quadro jurídico e regulamentar. O governo também necessita de capacitar os órgãos reguladores, fiscalizadores e entidades de aplicação da Lei que tenham sido estabelecidas, se se propuseram a cumprir os seus respectivos mandatos, especialmente nas áreas de trabalho, meio ambiente e protecção ao consumidor. O programa PFA deve ser formalmente avaliado e reformado para ser orientado pelas exigências, a fim de melhor apoiar o desenvolvimento local em todo o país.

2.4 Desenvolvimento Socioeconómico

- lix. Quando o governo do NRM chegou ao poder em 1986, foi confrontado com a gigantesca tarefa de reavivar uma economia destrozada, a fim de elevar os padrões de vida da população de Uganda. A negligência do sector social, especialmente o da saúde e da educação, durante os anos de turbulência política e económica tinham contribuído para um grave declínio no padrão de vida para a maioria da população. Além disso, a capacidade institucional tinha sido enfraquecida por perturbações e contínuas gestões de crises.

- Ix. Desde 1986, o Uganda tem feito consideráveis progressos na promoção de alto crescimento e progresso socioeconómico. O país tem feito notáveis progressos especialmente no reforço das capacidades dos organismos centrais de gestão económica que têm a principal responsabilidade pelo planeamento do desenvolvimento (especificamente o MFPED e BoU). Estas agências têm desempenhado um papel extremamente importante no processo de reforma, resultando num forte senso de propriedade nacional no processo de desenvolvimento.
- Ixi. O PEAP é o principal documento político do país sobre a redução da pobreza e é o quadro orientador do governo para o desenvolvimento de uma série de programas destinados a promover o desenvolvimento socioeconómico. Estes incluem a Educação Primária Universal (UPE) e Educação Secundária Universal (USE), melhorar o acesso aos serviços primários de saúde, e do Plano de Modernização da Agricultura (PMA). Está a ser dada uma prioridade especial às necessidades e direitos das mulheres e crianças, bem como a grupos e indivíduos vulneráveis e desfavorecidos. No Norte do Uganda, o governo pôs em prática diversos programas de resposta a catástrofes, como o Programa de Reconstrução do Norte de Uganda (NURP I), NURP II, Fundo de Acção Social do Norte do Uganda (NUSAF) e o Programa de Paz, Recuperação e Desenvolvimento (PRDP).
- Ixii. O governo criou uma infraestrutura institucional bem definida para a prestação de serviços eficazes através de um sistema descentralizado. Este sistema de execução inclui estruturas claramente definidas a nível central e local. Os departamentos abrangidos a nível do governo local incluem a educação, saúde, água e agricultura, assim como comités de terra.
- Ixiii. O governo também fez uma tentativa para assinar ou ratificar as normas e códigos internacionais, para comparar os progressos no desenvolvimento socioeconómico com as normas e práticas internacionais aceites. Nalguns aspectos, o Uganda demonstrou isto com o estabelecimento de políticas, instituições, programas e outros mecanismos para garantir que as normas e os códigos adoptados ou ratificados são implementados. Contudo, não houve nenhuma abordagem sistemática e abrangente para a ratificação e a aplicação das restantes normas e códigos. Muitas normas e códigos não foram sistematicamente registados para divulgação das partes interessadas estatais e não-estatais.
- Ixiv. Existe também uma falta geral de conhecimento das normas e códigos padrões assinados, ratificados ou domesticados e códigos entre os cidadãos. Por isso, mais poderia ser feito, particularmente em termos de aumentar a consciencialização e efectiva participação de todos os interessados através de, entre outras coisas, documentação adequada e apropriada.
- Ixv. No entanto, o Uganda tem feito enormes progressos no sentido de alcançar alguns dos principais objectivos socioeconómicos previstos no PEAP e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Nos últimos 20 anos, o país tem alcançado um crescimento contínuo e uma redução significativa da pobreza de rendimento. A economia, nos últimos cinco anos, cresceu numa taxa média de 5,6 por cento ao ano. A incidência da pobreza de rendimento desceu de 56 por cento em 1992/3 para 31 por cento em 2005/6.
- Ixvi. Também houve realizações consideráveis nas taxas de inscrição primária e secundária na sequência da introdução da UPE e USE. O país também tem feito progressos significativos na redução da prevalência de HIV / SIDA de 18,5 por cento no início de 1990 para cerca de 6,4 por cento em 2005. No entanto, muitos problemas ainda enfrentam estes dois sectores. Além dos problemas citados no CSAR referentes à qualidade da educação e da saúde, a taxa de desistência escolar nas escolas primárias é muito elevada, enquanto na área da saúde a corrupção é excessiva, especialmente na distribuição de drogas medicinais.
- Ixvii. Apesar de muitas melhorias ao longo dos anos, a implementação de políticas eficazes continua a ser um desafio crítico em Uganda. A corrupção, recursos inadequados, falta de capacidade - principalmente nos

níveis mais baixos - e a politização dos programas de desenvolvimento são os principais desafios. Há também uma falta de gestão eficiente das despesas públicas, o aumento da receita e a coordenação da ajuda ao desenvolvimento. No Norte do Uganda, os bem-intencionados programas de gestão de catástrofes foram constrangidos pela desenfreada corrupção e insegurança.

- lxviii. A descentralização do sistema de prestação de serviços também sofre uma série de fragilidades estruturais, operacionais e financeiras. Isto tende a afectar a qualidade da prestação de serviços a nível local. A débil política e implementação do programa em Uganda sugerem a necessidade de reforçar a monitorização do programa e a sua capacidade de avaliação.
- lxix. A dependência de fontes externas é um dos principais entraves a uma verdadeira apropriação nacional do processo de desenvolvimento em Uganda. Apesar de essa dependência ter vindo a diminuir ao longo dos anos, ainda permanece relativamente elevada. Isto deu origem à percepção de que Uganda é principalmente um país "dirigido pelos doadores". Apesar da insistência pelas partes interessadas dos Estados-Membros sobre a apropriação local do processo de desenvolvimento em Uganda, não há dúvida de que os doadores têm sido muito influentes na criação de várias políticas.
- lxx. Existe também a preocupação de que o crescimento económico não tem sido associado com uma significativa criação de emprego e com a redução da pobreza. Por isso, o país enfrenta um elevado e aumento de desemprego, em particular entre os jovens. Também deve ser abordado o problema da vulnerabilidade das famílias à pobreza. O crescimento dos níveis de pobreza entre 1999 e 2003 parece indicar um nível significativo de vulnerabilidade das famílias.
- lxxi. Outra fonte de preocupação é a crescente desigualdade. O Uganda não tem sido capaz de resolver completamente o problema da crescente desigualdade de rendimento, tanto dentro como entre regiões e entre áreas urbanas e rurais. A desigualdade de rendimento, se for medida pelo coeficiente de Gini, aumentou significativamente 0,35-0,37 em 1997, para 0,39-0,43 em 2000, com as desigualdades mais elevadas nas áreas urbanas do que nas áreas rurais. As desigualdades são evidentes não só para os rendimentos, mas também para outros serviços sociais básicos, como saúde e educação.
- lxxii. Ao contrário da maioria do sul do Uganda, houve pouco crescimento ou desenvolvimento económico na parte norte do país. Na verdade, as condições sociais e de segurança pessoal têm piorado em várias comunidades do norte.
- lxxiii. É importante notar que o Uganda está a usar uma definição relativamente restrita de pobreza com base na renda *per capita* ou índice do consumidor. Avaliações da pobreza de renda só contam uma parte da história. O acesso a serviços básicos é fundamental numa economia que ainda é em grande medida baseada na subsistência, e não baseada em dinheiro.
- lxxiv. Os esforços de Uganda para reduzir a pobreza de forma sustentável estão a ser dificultados por factores demográficos. As taxas de crescimento populacional e de fertilidade do país estão entre as mais altas do mundo, com mais de 50 por cento da população abaixo dos 15 anos de idade. Isso criou uma taxa muito elevada dependência. A pesada estrutura demográfica também está a exercer uma enorme pressão sobre o governo para fornecer serviços sociais adequados às pessoas. Apesar do Uganda ter conseguido uma melhora relativamente a uma política global e a um quadro jurídico para a gestão ambiental, a implementação de políticas continua a ser fraca.
- lxxv. A questão da terra no Uganda também continua por resolver. A Lei da Terra, que o governo submeteu à apreciação do Parlamento, gerou uma grande controvérsia. Isto sugere uma necessidade de urgência, consultas de base ampla sobre a questão da terra em geral e da Alteração da Lei da Terra em particular.

- Ixxvi. O Painel do APR recomenda, entre outras coisas, que as autoridades devem explorar as possibilidades de alargar a definição de pobreza, intensificando esforços para reduzi-la e, seguidamente, ampliando a desigualdade regional, bem como a realização de programas de capacitação para as comunidades locais a fim de prepará-los para a participação efectiva no planeamento, implementação e processos de acompanhamento e avaliação.

3. QUESTÕES TRANSVERSAIS

- Ixxvii. Algumas áreas de deficiências ou carências no Uganda são recorrentes e inter-relacionadas. Elas exigem uma abordagem holística devido ao seu impacto mais amplo sobre a qualidade da governação em todas as áreas. Seguidamente, existem dez principais questões transversais decorrentes do relatório:

- ◆ A ratificação e domesticação das normas e código;
- ◆ A alta taxa de crescimento populacional;
- ◆ Implementação das lacunas políticas;
- ◆ A gestão da transição política;
- ◆ A questão da terra;
- ◆ A resolução do conflito no norte;
- ◆ Decentralização;
- ◆ A gestão de diversidade;
- ◆ Corrupção; e
- ◆ A excessiva dependência em ajudas.

4. MELHORES PRÁTICAS

- Ixxviii. O Painel APR identificou nove melhores práticas dignas de serem imitadas. Elas são destacadas a seguir para a aprendizagem entre pares.

Governação Democrática e Política

- ◆ Um tratamento atempado de petições eleitorais, logo após as eleições gerais de 2006: Apesar de suas limitações de recursos, o sistema Judicial fez um esforço extraordinário para lidar com petições eleitorais imediatamente após as primeiras eleições multipartidárias de 2006. Todo o acúmulo de petições eleitorais foi concluído no prazo de dois meses pelo Supremo Tribunal.

Governação Económica e Gestão

- ◆ A gestão macroeconómica do Uganda: elaboração de políticas macroeconómicas é geralmente louvável, conforme se reflete, entre outras coisas, a forte taxa de crescimento económico com média de 6,3 por cento entre 1990 e 2007; uma redução na incidência da pobreza para 31 por cento em 2006; uma redução da inflação; e um crescimento significativo em poupança e investimento.
- ◆ O processo orçamental de consulta: O processo de preparação do orçamento é altamente consultivo e segue um ciclo orçamental bem-estipulado, tendo cerca de nove meses. A chave para este processo consultivo de ampla base é o verdadeiro desejo por parte do governo para trazer o orçamento mais perto das pessoas.

- ◆ A Secretaria do Uganda na Autoridade de Investimento de Uganda (UIA): A UIA criou uma unidade dentro da instituição - A Secretaria de Uganda - para promover e facilitar o investimento local. Um total de 383 SME, de nove distritos, foi treinado em criação de empresas e em capacidades de desenvolvimento de negócios.
- ◆ Secretaria Parlamentar de Orçamento de Uganda: o Uganda é um dos primeiros países em África a estabelecer legalmente um independente Escritório de Orçamento Parlamentar gerido por especialistas para aconselhar o Parlamento sobre o orçamento e a economia. O escritório é composto por 20 economistas, estatísticos e pessoal de tecnologia da informação, e está suficientemente informatizado.

Desenvolvimento socioeconómico

- ◆ A Educação Primária Universal gratuita em Uganda: a inscrições nas escolas primárias estão agora em mais de 80 por cento. UPE também tem um foco específico sobre a educação das meninas, dos deficientes e dos órfãos. Do número actual de alunos inscritos, 49,9 por cento são meninas, o que implica que o país atingiu a meta dos MDG relativamente a paridade de género no ensino primário.
- ◆ A manipulação eficaz do Uganda relativa à pandemia do HIV / AIDS: a abordagem de Uganda para lidar com o HIV / AIDS tem sido elogiada em todo o mundo. A prevalência global de HIV / AIDS em Uganda desceu mais de 50 por cento, de 18,5 por cento em 1990 para 6,4 por cento em 2006.
- ◆ O papel do Presidente Museveni na luta contra o HIV / AIDS: Presidente Museveni fez o que nunca antes tinha feito outro presidente ou líder Africano. Ele reconheceu no seu país o impacto devastador do HIV / AIDS e foi o primeiro grande líder Africano a falar publicamente sobre os perigos da SIDA. Ele mobilizou todo o seu governo para combater esta ameaça e estabeleceu os primeiros esforços de prevenção em todo continente Africano.
- ◆ O processo de descentralização em Uganda: Uma vez que a descentralização teve início em 1993, inúmeras conquistas foram realizadas em termos de melhoria da governação e prestação de serviços através da participação democrática e do envolvimento da comunidade.

5. CONCLUSÕES

lxxix. Um conjunto holístico de estratégias, políticas, programas e planos, se forem inteiramente orientados para as principais forças e desafios identificados no processo de revisão, vão ajudar a consolidar a boa governação e desenvolvimento em Uganda. Estes pontos fortes e fracos são destacadas a seguir.

5.1 Vantagens

- ◆ O ressurgimento do Uganda nos últimos 20 anos a partir de declínio económico, conflito e governos repressivos para uma sociedade relativamente livre - uma grande reviravolta na África;
- ◆ A estabilidade macroeconómica e a alta taxa de crescimento económico do país;
- ◆ Um declínio em pobreza de 56 por cento em 1992/3 para 31 por cento em 2006;
- ◆ O papel fundamental do Uganda para facilitar a paz e a segurança regional, incluindo a negociação e conclusão do Acordo de Paz Global para o Sudão durante o mandato do presidente Museveni como

presidente da IGAD, e instalar um governo legítimo, eleito democraticamente no Burundi, sob os auspícios da Iniciativa de Paz Regional para o Burundi; Uganda também se manteve activo na Somália e contribuiu com tropas para a Missão Africana na Somália;

- ◆ Uma medida importante de liberalização política em Uganda, como evidenciado pelo surgimento de uma imprensa livre e da sociedade civil;
- ◆ Um notável sistema descentralizado de governação - como resultado, tem havido um nível razoável de participação na formulação de políticas de desenvolvimento e planeamento em todos os níveis;
- ◆ Várias instituições respeitáveis de aprendizagem de Ensino superior - por exemplo, a Universidade Makerere, fundada em 1922, é uma das universidades mais antigas e prestigiadas em África; teve a honra de educar alguns dos líderes africanos, incluindo o ex-Presidente da Tanzânia Julius Nyerere e Benjamin Mkapa e presidente do Quênia, Mwai Kibaki;
- ◆ Um dos melhores registos na África em aumentar as matrículas escolares e reduzir a desigualdade de género na frequência escolar primária; e
- ◆ O sucesso de Uganda no combate ao HIV / AIDS, é uma das poucas notáveis histórias de sucesso em África.

Principais Desafios

- ◆ A falta de transformação estrutural na economia;
- ◆ A alta taxa de pobreza e agravamento das desigualdades;
- ◆ A taxa de crescimento populacional;
- ◆ Os efeitos geográficos adversos, o que faz aumentar o custo de negócios;
- ◆ A redução de rapidez no processo de estabelecer uma democracia jovem, a tal ponto que agora está a ser invertida;
- ◆ Uma paz apreensiva com os vizinhos - relações do Uganda com os seus vizinhos, especialmente a RDC e o Sudão, são tensas; e
- ◆ A necessidade de modernização e transformação da mentalidade, atitudes e comportamentos dos seus cidadãos; o desafio é promover uma cultura de empreendedorismo e inovação.

lxxx. Não existem dúvidas de que, com determinação, um esforço concentrado de reforma e de vontade política, o Uganda pode avançar para o futuro como um país de renda média próspera em 2030 e sustentar o crescimento em níveis que podem tirar da pobreza a maioria da sua população. O Uganda tem de construir sobre os sucessos destacados neste relatório, atendendo aos desafios, a fim de reivindicar o seu lugar de direito como a "Pérola de África".